

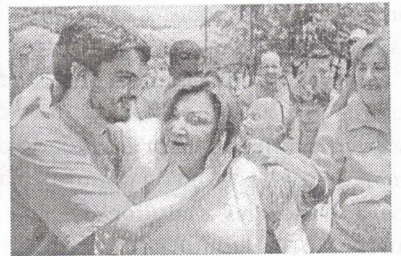
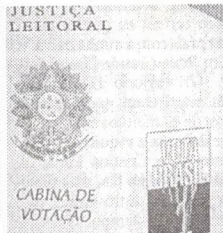
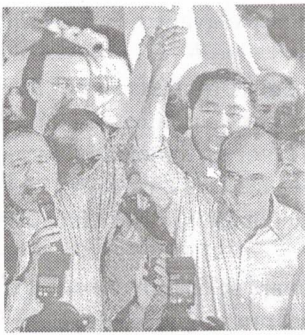


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XV - Nº 290 - DE 03 a 15 DE NOVEMBRO DE 2004 - R\$ 1,50

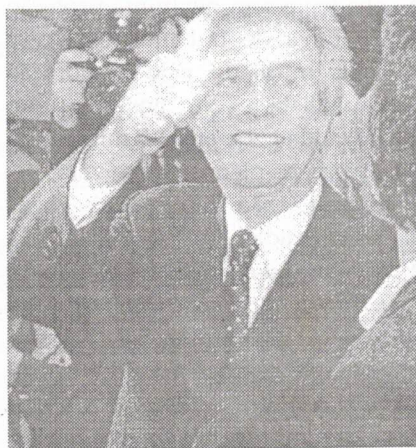
Avaliação das eleições municipais de outubro de 2004: A disputa interburguesa polarizou PT e PSDB



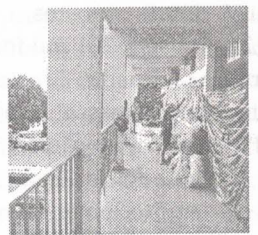
Combater a Reforma da Educação do governo do PT/Lula

Pontos para um programa revolucionário no centro acadêmico

As greves foram enterradas pelas direções. Para fazer campanha eleitoral



Os dados mostram que cresce
ainda mais a miséria no Brasil



Vitória da esquerda no Uruguai levará
a mais um governo pró-imperialista

Mais sobre a revolta estudantil na UTO (Oruro, Bolívia)

Denúncias**Onde está o combate à fome?**

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada entre 2002 e 2003, revelam:

47,4 milhões de brasileiros na condição de miseráveis;

Cresceu o número de famintos nas grandes cidades, de 16,6% para 19,1% da população total;

A miséria atinge metade da população rural, 51%;

27,3% da população do Brasil vive com menos de R\$108,00 reais ao mês.

O crescimento do contingente de miseráveis, saltando de 45 milhões para 47,4 milhões, deve-se ao desemprego, subemprego, expulsão dos camponeses da terra e a penúria dos pequenos agricultores familiares. Sabemos que esse número é superior, em função de outros milhares de indivíduos que sequer têm condições de serem entrevistados – lumpens, moradores de rua, camponeses embrenhados no sertão nordestino e nas entranhas da região amazônica.

Esses 47 milhões ganham menos da metade do salário mínimo, que já é de fome. Passar o mês com menos de R\$108,00, portanto inferior ao valor estipulado para a cesta-básica, é condenar quase um terço da população à morte. São crianças, velhos, adolescentes e adultos expostos a toda sorte de doenças causadas pela subnutrição e mutilados físico e mentalmente pela carência de proteínas.

A aplicação dos planos neoliberais, que já dura mais de 10 anos, trouxe a quebra de parte das forças produtivas nacionais

(fechamento de fábricas, desemprego, arrocho salarial e precarização dos contratos de trabalho), atingindo violentamente a população pobre das cidades e do campo. O aumento do número de favelas e cortiços evidencia a tremenda exploração da força de trabalho, a incapacidade do sistema capitalista de dar emprego a todos e a política que descarrega a crise econômica sobre a maioria. A concentração de terras e recursos agrícolas cada vez mais nas mãos de poucos tem como consequência a miserabilidade da maioria camponesa. Não por acaso, o maior índice de pobreza se encontra no campo. Nos grandes centros urbanos, vem aumentando.

A receita do FMI é de saque das riquezas nacionais, de aprofundamento da desequilíbrios regionais e concentração de riquezas nas mãos de uma ultra-minoria e avanço da miséria para a maioria da população.

O governo do PT/Lula foi eleito com a promessa de pôr fim à fome. No entanto, tem dado continuidade à política econômica de sacrificar a vida da maioria em favor da minoria exploradora. Haja vista, o salário mínimo de R\$260,00, os cortes nos investimentos sociais e as reformas neoliberais, que inclui a da educação.

Essa situação perdurará e se agravará se os trabalhadores e a juventude oprimida não defenderem um programa de reivindicações que oponha a maioria explorada contra a minoria exploradora.

Que tipo de emprego está sendo criado?

As pesquisas vêm indicando a criação de postos de trabalho. Segundo o Dieese, o desemprego na região metropolitana de São Paulo diminuiu de 18,3% para 17,9%, o que significa 1,792 milhão de desempregados. Diz ainda que, a partir de abril, foram criados 513 mil postos de trabalho. Revelou que, desses postos, somente 39,2%, ou seja, 201 mil foram com carteira assinada. Mostrou também que a massa salarial caiu 1,1% em comparação com julho.

Esses dados indicam: 1) O Brasil está muito longe de recuperar os milhões de postos de trabalho que foram destruídos com os planos neoliberais; 2) Os empregos estão localizados em alguns ramos da produção, enquanto que outras atividades econômicas continuam demitindo; 3) Não há criação de empregos plenos. Ou seja, com carteira assinada e com os direitos assegurados; 4) A maioria desses postos de trabalho é precarizada - contratos temporários e informais; 5) Três a cada quatro novos empregados ganham até 3 salários míni-



mos; 6) As contratações abarcaram trabalhadores que estavam no máximo dois anos desempregados.

Como se vê, a euforia da recuperação econômica e os novos empregos logo caem por terra. A maioria desses postos de trabalho é temporário, com salários arrochados e sem nenhuma proteção da força de trabalho, cada vez mais mutilada pela exploração capitalista. O governo do PT/Lula prometeu 10 milhões de empregos plenos, o que vem oferecendo são minguadas vagas precarizadas.

Os desempregados acabam se submetendo a esses empregos no desespero de se livrarem da fome e das humilhações causadas pela falta do trabalho, sua única fonte de existência. A burocracia sindical não faz uma denúncia contra a falácia dos novos empregos. Os trabalhadores e desempregados devem rejeitar esses bandos de burocratas que submetem os sindicatos à política burguesa, que é pró-imperialista.

O que mostram as eleições municipais

Das 26 capitais do Brasil, o PT venceu em 9, PSDB, 5; PDT, 3; PSB, 3; PMDB, 2; PPS, 2; PFL, 1 e o PTB, 1.

O PT ganhou em Belo Horizonte, Macapá, Aracaju, Recife, Rio Branco, Vitória, Porto Velho, Palmas e Fortaleza.

O PSDB foi vitorioso em São Paulo, Teresinha, Florianópolis, Curitiba e Cuiabá.

O PDT ficou com São Luís, Maceió e Salvador.

O PSB levou Manaus, Natal e João Pessoa.

O PMDB venceu em Campo Grande e Goiânia.

O PPS ganhou em Porto Alegre e Boa Vista.

O PFL permaneceu no Rio de Janeiro.

O PTB venceu em Belém.

Os dados mostram que o PT e o PSDB foram os partidos que mais cresceram eleitoralmente nessas eleições. O PT foi derrotado em quatro capitais: São Paulo, Porto Alegre, que administrava a 16 anos, Belém, que governava a 8 anos e Goiânia. O PSDB, que não tinha eleito nenhum prefeito nas capitais, no 1º turno, foi o partido que fez 5. O PFL perdeu no reduto de Antônio Carlos de Magalhães, Salvador e, em Manaus, Amazonino Mendes foi derrotado pelo PSB de Serafim Corrêa.

Levando em conta as cidades que tiveram o 2º turno, 43 no total, o PT foi vitorioso em 11; PSDB, 9; o PMDB, 7 e o PDT, 5. No caso do estado de São Paulo, em 11 municípios ocorreram o 2º turno, desses o PT ficou com Diadema, Osasco e Santo André e o PSDB, com São Paulo, Piracicaba, Ribeirão Preto e Sorocaba. O PT perdeu em Santos para o PMDB. No Rio Grande do Sul, além de ser derrotado na capital, o PT também o foi em Pelotas e Caxias do Sul. No Paraná, em Londrina, o PT reelegeu Nedson Micheleti. No Rio de Janeiro, o PT ganhou Nova Iguaçu, Lindberg Farias e Niterói, Godofredo Pinto.

Também é importante destacar algumas das alianças desses dois partidos, PT e PSDB, que ora se digladiavam eleitoralmente, ora estavam coligados, dependendo dos interesses locais. Em 275 municípios, o PT apoiou as candidaturas do PSDB (por exemplo: em Caieiras, o PT foi vice do PSDB), e o PSDB apoiou o PT em 131 cidades.

Para derrotar o candidato petista em Porto Alegre, foi formada uma frente com quase todos os partidos. A vitória de Beto Richa (PSDB), Curitiba, contou com o PDT, PSB, PP, PSL, PTN-Prona. Nessa capital, o PT estava aliado ao PMDB do governador Roberto Requião. O acordo PT e PDT, aparentemente nacional, fez com que o PT apoiasse o candidato João Henrique, em Salvador e, na cidade de Campinas, Hélio de Oliveira, coligado com o PFL e PMDB. Em Bauru (SP), estiveram juntos em torno da candidatura de Tuga Angerami, que venceu o pleito. Já o PDT de São Paulo, por meio do candidato derrotado no 1º turno, Paulinho da Força Sindical, juntou-se ao PSDB de Ser-



A derrota em São Paulo foi a mais sentida pelo PT

ra/Alckmin. O PT e o PSDB estiveram juntos em Goiânia no apoio ao candidato petista Pedro Wilson, que foi derrotado por Íris Rezende. Em Nova Iguaçu, Lindberg Farias (ex-PCdoB, ex-PTSTU e agora PT) estava coligado com toda espécie de partidos, do Prona ao PSDB e PFL.

Esse zig-zag dos partidos, que mudam de lado de eleição para eleição e de turno para turno, é próprio da política burguesa. Dependendo da situação, dos interesses regionais, da política geral e dos caciques locais, os partidos oficiais se movimentam para ampliar a influência sobre as massas exploradas. Para isso, contam com as leis do Estado, com os organismos eleitorais e com o poder econômico. Nesse jogo, os partidos oposicionistas se

unem aos situacionistas, as aparentes divergências se transformam em unidade e alianças nacionais não se formam nas regiões. Isso mostra o quanto os partidos são oligarquizados, próprios do Brasil semicolonial. O PT para ser uma força eleitoral precisou se oligarquizar, daí as alianças eleitorais e o apoio financeiro da burguesia.

Duas importantes derrotas do PT

A perda da prefeitura de Porto Alegre (RS) foi um golpe na ala esquerda do PT, representada pela Democracia Socialista (DS), que no passado se reivindicou da IV Internacional e do trotsquismo. Na verdade, os revisionistas tiveram a chance de se mostrar adaptados ao capitalismo e à política administrativa burguesa. Essa corrente social-democrata do PT fez demagogia com o tal do Orçamento Participativo. Usou desse expediente para dar a impressão à população trabalhadora de que influenciava a administração financeira da cidade de Porto Alegre. Mas a experiência foi demonstrando que não passava de uma máscara para manipular a vontade popular. Essa diretriz mostrou-se esgotada diante das contradições capitalistas e da continuidade da situação miserável da população urbana. As massas oprimidas, incluindo a classe média golpeada, não viram mais no PT a possibilidade de solução de seus problemas, como sempre se promete nas eleições.

O fato de ter havido uma divisão eleitoral entre Raul Pont (PT/DS) e José Fogaça (PPS) não contraria essa nossa observação. Anteriormente, o PT havia perdido o governo do Estado para o PMDB de Germano Rigotto. Agora, com a derrota de Raul Pont, completa-se o esgotamento do ciclo da administração do reformismo esquerdista, denominado governo democrático-popular.

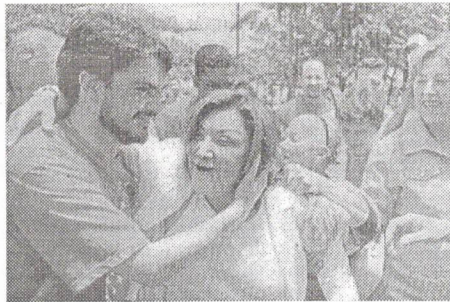
A derrota eleitoral do PT em São Paulo, certamente é a mais sentida, pois é um golpe na posição majoritária, representada pela Articulação. Não se pode falar que houve um baque do reformismo esquerdista, como no caso de Porto Alegre. A prime-

ira gestão do PT foi com Luiza Erundina, que se posou de popular-reformista. Logo desbarrancou e a populista debandou para o PSB de Miguel Arraes. Marta Suplicy retomou o manejo da prefeitura da cidade mais importante do país numa situação de total descalabro sob o prefeito malufista, Celso Pitta. Procurou realizar uma administração pequeno-burguesa de combinar obras nos bairros operários-populares e melhorias nos bairros de classe média. Para fazer isso, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, teve de aumentar e criar taxas, que afetaram os interesses dos setores médios. Os 45,13% dos votos do PT se devem à população dos bairros mais pobres, onde se concentraram as benfeitorias e o assistencialismo. Manifestou-se a ilusão na política do assistencialismo pequeno-burguês.

O candidato do PSDB arrastou parcela das camadas mais oprimidas, mas teve sua vitória assegurada pela classe média. A burguesia se enfileirou por detrás do PSDB, partido esse que tem no Estado de São Paulo o seu berço. O PT desesperadamente procurou o apoio de Maluf (PP), na esperança de trazer para seu campo setores da classe média e parte das massas oprimidas que se acham encabrestadas pelos evangélicos. Embora Marta contasse com o aparato eleitoral extraordinário, não conseguiu se contrapor à campanha unificada de toda imprensa burguesa em torno de José Serra. É bom ter claro que a vitória do PSDB em São Paulo e seu fortalecimento nacional é importante para a fração burguesa que espera tirar o PT do poder federal.

Se é verdade que o PT tem procurado governar segundo os interesses dos capitalistas e que é decisivo para a política de submissão do proletariado e demais oprimidos à burguesia, também é verdade que não é um partido orgânico da classe capitalista. O PT chegou ao poder presidencial e foi assimilado pela classe burguesa porque os reformistas passaram a ser instrumentos da democracia burguesa e não ofereceram riscos ao Estado. No entanto, está previsto que a política demagógica do PT tem fôlego curto e poderá trazer instabilidades políticas, que quer dizer manifestação aguda da luta de classes. Está aí por que ser imperioso o fortalecimento do PSDB, já que os outros dois maiores partidos burgueses, PMDB e PFL, encontram-se enfraquecidos, como demonstraram os resultados das eleições municipais.

Os petistas acham que a vitória em Belo Horizonte contrabalança a derrota em São Paulo e Porto Alegre. Sem dúvida é considerável o avanço do PT que passou de 187 para 411 prefei-



Em Santos, o PT perdeu por pouco



A vitória de Richa foi mais um golpe no PT



Luizianne venceu em Fortaleza



Fogaça acabou com 16 anos de prefeituras petistas em Porto Alegre

turas. Nem por isso, deve-se desconhecer a derrota em São Paulo como o maior dos golpes sofridos pelo PT.

O combate às ilusões democráticas

As eleições são o campo da política burguesa em que as massas oprimidas são convocadas para decidir que partido da burguesia deve governar. A disputa municipal entre o PT e o PSDB, refletindo a concorrência para as eleições presidenciais, expressa o choque interburguês. De forma alguma trata-se do embate entre um partido do proletariado e das massas oprimidas contra o partido da burguesia.

As divisões partidárias, as denúncias uns contra os outros, a influência do poder econômico nas campanhas e as promessas eleitorais são meios para incentivar as ilusões democráticas de que os trabalhadores estariam decidindo por um governo que seria de todas as classes. Chega-se ao ponto desses partidos se declararem como um instrumento de governo para os pobres.

Na corrida eleitoral, todos se apóiam nos problemas que atingem a maioria explorada, como emprego, saúde, educação, moradia, segurança e transporte. Estimulam a esperança de que um novo governo dará melhor resposta.

Um importante instrumento para arrastar as massas por detrás da política burguesa são as Igrejas. Estas têm representantes em todos esses partidos e agem no sentido de construir as alianças eleitorais. Unem-se a este ou aquele candidato de acordo com as condições materiais e políticas do momento. Quanto mais capacidade para decidirem sobre o resultado eleitoral, mais recebem dos governos subvenções para o assistencialismo religioso e atribuições sociais. São nas disputas eleitorais que as Igrejas se mostram um braço político da burguesia e de seu Estado.

A luta revolucionária nas eleições converge para a tarefa de defender o programa da revolução proletária em contraposição à constituição do governo burguês. Trata-se do combate às ilusões democráticas alimentadas pelas pressões da burguesia sobre a maioria explorada, que se vale da situação de miséria da população, como se não fosse ela mesma a responsável.

As reivindicações mais elementares dos trabalhadores devem ser defendidas pelo partido revolucionário por meio da ação direta e denúncia das mentiras burguesas. É nesse sentido que o Partido Operário Revolucionário (POR), não podendo atuar nas eleições com candidaturas próprias, defendeu o voto nulo programático.

Estes foram os textos de campanha do POR em Londrina, no 1º e 2º turnos, e em Fortaleza (2º turno)

Nem Belinatti, nem Nedson nem nenhuma outra raposa burguesa! Voto Nulo Programático!

No próximo domingo, os trabalhadores votarão para escolher prefeito e vereadores em todo o país. Aqui em Londrina, velhas raposas e uma centena de candidatos a raposa disputam o voto dos eleitores, enchendo de promessas que todo mundo está cansado de saber que são pura demagogia. Saúde, habitação, educação, segurança, etc., etc., tudo vai ser resolvido votando-se neste ou noutro candidato.

Nos períodos de relativa democracia, as eleições são a forma em que se monta o estado burguês, que é o estado dos capitalistas, banqueiros e latifundiários. Insistimos na importância do caráter de classe do Estado, coisa que os opressores gostam de esconder e que não muda apenas porque na cadeira de presidente ou prefeito esteja sentado um operário ou ex-operário. O Estado é burguês porque tem a finalidade de proteger a propriedade privada capitalista. Neste Estado burguês as eleições são usadas para se dar a impressão de que o governo que delas resulta é o governo de todos, que “nós escolhemos”, englobando nesse “nós” opressores e oprimidos como se fôssemos todos iguais.

A disputa dos grupos políticos pelo comando da prefeitura é muito acirrada porque o controle dessa máquina reforça os seus interesses econômicos e políticos em nível local e também com projeções para a disputa pelo governo do estado. No caso do PT, trata-se ainda de se fortalecer nacionalmente para disputar a reeleição do Lula para mais um mandato. Mas também o PSDB, o PFL, o PMDB e os partidos menores, na sua maioria compostos de gente que troca de partido segundo as conveniências, articulam-se localmente com vistas ao pleito estadual.

A grande disputa local, entretanto, é a que será travada entre o ex-prefeito Belinatti e algum outro candidato (provavelmente Nedson do PT). O mesmo que fora cassado acusado de corrupção, volta de novo agora como um dos favoritos. Esta situação favorece para que seus opositores apareçam agora como virgens imaculadas e castas denunciando a corrupção (dos outros) e na defesa da “moralidade”.

Todo esse bla-bla-bla não passa, contudo, de discurso eleitoral. Todo o estado burguês (em todos seus níveis e todos seus poderes) vive da corrupção cotidiana, inevitável na gestão dos negócios da burguesia. Ou alguém pode esquecer, por exemplo, o escandaloso aumento das passagens de ônibus permitido pela atual administração para favorecer o monopólio do transporte municipal? Aumento desnecessário e até hoje contestado pela promotoria, que no entanto teve o apoio da câmara

municipal, numa clara demonstração de que a verdadeira tarefa dos vereadores é a de cuidar dos interesses dos grandes capitalistas contra os da população trabalhadora.

No caso do PT, outrora “campeão da moralidade”, hoje completamente afundado em falcatruas de todo tipo, como a que envolveu o secretário do Zé Dirceu intermediando interesses de bandidos, o mal explicado assassinato do ex-prefeito Celso Daniel de Santo André, ou pior ainda o abafamento da CPI do Banestado porque podia comprometer gente ligada ao PT.

Nos outros partidos burgueses, as velhas raposas têm uma longa história como algozes do povo. Muitos já participaram de outros governos ou estão vinculados a poderosos políticos locais e nacionais. Principalmente os do PSDB e os do PFL, núcleo do anterior governo de FHC responsável por uma política entreguista, recessiva e antipopular hoje continuada pelo governo do PT.

A classe operária e demais explorados ainda não têm um partido revolucionário capaz de impor à burguesia a sua participação na eleição sem precisar se dobrar à legislação restritiva que o regime lhe impõe. Todos os partidos legalizados e aptos para concorrer (inclusive o PSTU e o PCO) devem acatar a propriedade privada capitalista, ou seja, devem reconhecer a constituição.

O Partido Operário Revolucionário defende a estratégia da revolução e ditaduras proletárias – que implica na liquidação da propriedade privada capitalista

– e se esforça para vincular este programa com as lutas concretas das massas trabalhadoras por salário, emprego, terra e liberdades políticas. O POR ainda é uma organização embrionária que luta para desenvolver as idéias programáticas sem as quais não se pode pensar em destruir o poder da burguesia e edificar uma sociedade socialista. Nestas condições, diante do processo eleitoral não temos outra alternativa que defender o VOTO NULO PROGRAMÁTICO, que significa denunciar qualquer ilusão de que a democracia burguesa e seus políticos apodrecidos possam resolver os grandes problemas sociais e nacionais.

Trabalhadores e trabalhadoras, jovens oprimidos, votem nulo contra as mentiras e a farsa eleitoral da burguesia! Votem nulo em defesa das reivindicações e dos métodos de luta coletiva! Votem nulo pela construção do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO, que defende o programa da revolução e ditadura proletárias!

Londrina (PR):

VOTE NULO! Chega de escolher o menos pior!

Observação: a afirmação de que não existe democracia no capitalismo é para demonstrar que a democracia burguesa não deixa de ser o exercício da ditadura de classe dos explorados.

No período eleitoral, os trabalhadores são chamados às urnas como se o voto fosse decisivo para o fortalecimento da

“democracia”. Isso é falso, pois no capitalismo não existe democracia. O que existe é a ditadura de classe da burguesia. Ou

seja, quem tem grana e vive da exploração do trabalho alheio é que dá as regras. Os partidos e candidatos, para concorrerem, têm de concordar com a Constituição (o que inviabiliza a defesa de um programa revolucionário). As diferenças entre os candidatos correspondem aos setores da burguesia que os financiam, e que serão beneficiados se eles assumirem a prefeitura.

É preciso rechaçar tanto Belinai, com seu populismo que busca esconder os milhões de reais que roubou dos cofres públicos, como Nedson, que com seu discurso de criar um "governo do cidadão" mantém a mesma política dos outros partidos. O prefeito apóia-se em seus projetos sociais assistencialistas, mas na verdade defende os interesses dos grandes empresários (basta lembrar o caso do aumento da passagem do ônibus, e do não cumprimento da promessa da eleição passada de passe livre).

Além disso, o discurso anti-corrupção é falso, pois a roubalheira acompanha a política burguesa. Para se eleger e se manter no poder, todos os partidos burgueses (PSDB, PMDB, PT, PCdoB, PFL, PSL...) usam a compra de votos, fraude em li-

citações, criação de caixa 2, etc.

Nada de confiar nesses politíqueiros que querem iludir os oprimidos mais uma vez. Nenhum deles acabará com a fome, o desemprego ou a miséria, pois esses problemas são parte do sistema capitalista; permanecerão até que o capitalismo seja destruído.

O VOTO NULO PROGRAMÁTICO é a manifestação do repúdio à política burguesa e aos seus candidatos (no caso Nedson e Belinati). É o repúdio à manutenção do sistema capitalista.

Porém, não basta votar nulo. É preciso organizar trabalhadores, camponeses e juventude oprimida sob a política operária. Utilizar greves, piquetes, manifestações de rua para exigir emprego para todos, salário mínimo vital (cerca de R\$2.500) e terra aos camponeses pobres. Para organizar essa luta, precisamos contruir o Partido Operário Revolucionário, o partido da revolução proletária, que conduzirá os oprimidos à destruição do capitalismo e à construção do socialismo.

Vote Nulo! Nem Nedson, nem Belinati! Os trabalhadores devem confiar em sua própria força!

Fortaleza (CE): Nem Moroni nem Luizianne - Vote Nulo no 2º Turno!

No 1º turno das eleições os candidatos do Cambéba (**Antônio Cambraia**) do Prefeito Juraci (**Aloísio Carvalho**) e até o traidor **Inácio Arruda (PC do B)** saíram derrotados nas eleições. Os dois candidatos que foram para o 2º turno (**Moroni Torgan/PFL**) e (**Luizianne Lins/PT**) por sua vez, não representam mudança alguma na vida dos trabalhadores e oprimidos.

O povo brasileiro de 4 em 4 anos é arrastado até as urnas iludidos nas promessas de moradia, emprego, educação, saúde etc. Os partidos da burguesia, isto, é dos patrões (PMDB, PFL, PSDB, e agora também PT e PC do B) sempre falaram que basta votarmos nos candidatos corretos para que nossas vidas se transformem num mar de rosas. Mas ao contrário o que vemos é que de eleição em eleição nos deparamos com mais desemprego, miséria, violência, descaso na saúde pública, sucateamento do ensino público etc.

Se o 1º turno já deixava a população de Fortaleza sem opção, o 2º turno com **Moroni (PFL)** e **Luizianne (PT)** deixa mais ainda. **Moroni** é homem de confiança dos setores mas atrasados e conservadores da cidade. Cria do **Cambéba**, ex-secretário de segurança que no governo **Tasso** com uma secretária inteira de segurança pública não resolveu o problema da violência, pois esta está relacionada diretamente com a fome, miséria, desemprego que nunca será resolvida com mais violência.

Luizianne que desbancou **Inácio Arruda (PC do B)** diz representar a esquerda nas eleições. Entretanto já selou aliança com o **PPS de Patrícia Gomes** e do secretário de administração do **Cambéba Mauró Filho**. Até **Juraci Magalhães** já declarou voto em **Luizianne!** Isso só é possível porque a candidata do PT não pretende incomodar os empresários nem defender o **passe livre** etc. Não há candidatura de esquerda nestas eleições. O Partido Operário Revolucionário convida os trabalhadores ao voto nulo programático, isto é, em defesa da **revolução socialista** e da construção do Partido da Revolução Mundial.

Nossas Propostas:

- Em defesa da independência de classe dos trabalhadores!

- Abaixo a farsa eleitoral! Organizar as lutas nas ruas já para enfrentar os governos e os capitalistas (empresários), para conseguir: emprego, moradia, saúde, educação e passe livres já para estudantes e desempregados!

- Defesa do programa revolucionário! Pela construção do Partido Operário Revolucionário/POR!

Nenhuma apoio ao governo Lula/PT!

- Que o Governo Lula cumpra as promessas de campanha: 10 milhões de empregos, 3 refeições diárias e reforma agrária!

- Abaixo as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária!

- Abaixo o Sindiônibus, Ettusa e Juraci!

- Contra a municipalização do ensino!

- Estatização do transporte sob controle dos trabalhadores!

- Abaixo a portaria 13-C, Passe Card e o cartão inteligente!

- Por um governo operário e camponês, fruto da revolução social (ditadura do proletariado)!

- Nenhum jovem desempregado e fora da escola. Que nenhum jovem estudante trabalhe mais do que 4 horas, de acordo com sua capacidade física e mental!

- Eliminação da violência nos bairros através do emprego a todos que estejam aptos para o trabalho!

- Que nenhuma família ganhe menos do que um salário mínimo que atenda as reais necessidades (R\$ 2.500,00)!

- Acesso à escola pública a todos em todos os níveis!

- Sistema único de ensino público, gratuito e laico, com o fim do ensino privado; fim da mercantilização da educação. Fim do vestibular!

- Não pagamento da dívida externa e interna. Rompimento com o imperialismo. Fora com a Alca e o Mercosul!

- Fora às tropas do imperialismo do Iraque e Afeganistão. Fora o FMI, BID e BIRD!

- Fim do desemprego: estabilidade no emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar (escala móvel das horas de trabalho)!

Fotos de Herzog reacendem discussão sobre torturas e assassinatos na ditadura militar

Os explorados vingarão o sangue dos militantes assassinados com a revolução!

A recente divulgação de dezenas de fotos atribuídas ao jornalista Vladimir Herzog, morto pela repressão da ditadura militar em 1975 e apresentado à imprensa da época como “suicidado”, revelaram que o aparato repressivo não foi desmantelado com a chamada “democratização” do país, mas persiste intocado.

Aparato sobrevive durante a chamada “democracia”

A preservação do aparato repressivo da ditadura militar é parte do acordo para que as frações burguesas assumissem diretamente o controle do Estado brasileiro a partir de 1985, quando se encerrou a chamada abertura lenta e gradual forjada pelos cabeças da contra-revolução. A condição à qual a burguesia se submeteu foi a de que nada se fizesse contra os torturadores e assassinos, nem contra os aparelhos da repressão ou aos arquivos da chamada inteligência. Para os familiares de parte dos desaparecidos ou mortos, criou-se uma pensão ou ainda uma indenização, de modo a comprar seu silêncio e sua conivência com o massacre dos militantes.

Nada de comprar ou vender o silêncio sobre o sangue dos militantes!

Pouco importa qual a política defendida pelos militantes que morreram lutando contra a repressão da ditadura militar. Seu sangue não pode ser comprado com migalhas. A luta contra a ditadura militar e contra a exploração capitalista não se compra ou vende. Os explorados, quando conseguirem derrotar a classe dominante do modo de produção em decomposição, farão justiça àqueles que tombaram

pelas causas dos oprimidos, acabando com toda forma de opressão.

É vergonhosa a conduta da ex-mulher de Herzog, que provou a veracidade de pelo menos uma das fotos, quando a comparou ao relógio do ex-marido, e, depois de pressionada pelo governo e pelos militares, negou que houvesse qualquer relação com Vlado. Mesmo porque, ainda que não fossem de Herzog, caberia a denúncia do fato e investigação a respeito de quem teria sido torturado.

Crise do PT/Lula diante dos gorilas tagarelas

Os militares, logo após a divulgação das fotos, divulgaram uma nota de elogios ao regime militar. Criaram assim uma crise no governo do PT/Lula, que se comprometeu a não levar adiante qualquer investigação ou punição aos torturadores e assassinos, mas também não pode aceitar a insubordinação de generais em defesa do regime fascista. Exigiu uma retratação, certamente em troca da negociação com a ex-mulher de seu silêncio diante de fatos inegáveis, e da garantia de que não haverá de jeito algum medidas contra os fascínoras.

Somente os explorados combatem de fato a repressão

A submissão do governo do PT/Lula às imposições dos milicos é reflexo de sua natureza enquanto governo burguês. Os governos da burguesia, por mais democráticos ou de esquerda que se apresentem, têm de preservar o caráter do Estado capitalista de ditadura de classe dos exploradores contra os explorados. Por isso, não podem atacar o aparato repressivo, que sobrevive em germe como ins-

trumento da repressão mais brutal quando ela for necessária para coibir os movimentos sociais, durante os regimes ditos democráticos.

A mobilização dos explorados é a única que pode erguer os Tribunais Populares, que pela sua independência diante do poder econômico e seus governos e instituições, será capaz de julgar e punir de verdade os criminosos de classe e seus cúmplices.

A morte de Herzog foi parte dos planos dos milicos

A prisão de Vladimir Herzog foi planejada pelos milicos mais radicais da ditadura para que ele confessasse seu vínculo com o PCB e incriminasse políticos que descontentavam esses setores. Vlado foi dedurado por Com essa confissão, poderiam ampliar e reforçar a repressão, as torturas e assassinatos, de forma a aterrorizar os estudantes e trabalhadores que ousassem desafiar o governo e suas políticas. A resistência física de Vlado não foi suficiente para suportar às torturas, e ele concluiu como mais uma vítima do aparato repressivo.

Sua morte acabou levando à mobilização de protesto contra os crimes da ditadura militar, e os objetivos dos milicos mais radicais não se realizaram, ao contrário, o resultado foi o aumento das pressões pelo fim da ditadura militar.

A denúncia dos crimes dos ditadores e do acobertamento deles pelos regimes democráticos da burguesia ajudam os explorados a compreenderem que a ditadura de classe dos exploradores pode assumir várias formas, mas mantém sua essência. Será a revolução proletária que porá fim às ditaduras da burguesia e destruirá para sempre todo seu aparato repressivo.

Pontos do programa para a chapa do Centro Acadêmico- PUC-SP

O que justifica a necessidade de uma chapa para concorrer com a atual direção do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS) é a defesa de um programa que corresponda a uma prática de organização e politização do movimento estudantil que supere o sectarismo e o oportunismo. É preciso que essa chapa programática esteja em contraposição às disputas aparelhistas e à adaptação ao conservadorismo da classe média, que ainda predomina no meio estudantil.

O CACS é uma organização estudantil no interior de uma escola particular que tem graves problemas. São eles: a) elitização do ensino devido as mais altas mensalidades; b) inadimplência de mais de 20% dos estudantes; c) exclusão de quem não pode pagar; e) não efetuação de matrícula do estudante que não tem condições; f) restrito número de bolsas de estudos; g) falta de controle estudantil sobre as bolsas; h) crise financeira que afeta os salários dos professores e funcionários; i) uma burocracia acadêmica repressiva que comanda as unidades organizativas da universidade; j) boa parte do corpo docente adaptado ao ensino mercantil; l) predominância do ensino livresco, decorativo, mecânico, desvinculado da realidade, pré-estabelecido, impositivo e ministrado com métodos autoritários; m) restrição às liberdades políticas no interior do campus; n) aparência democrática da Universidade para acobertar as práticas repressivas da burocracia.

O CACS tem refletido a fragmentação do movimento estudantil provocada pelas direções corporativistas, aparelhistas, adaptadas à mentalidade conservadora e conciliadora com a burocracia acadêmica. O corporativismo é um poderoso obstáculo à unificação dos estudantes em torno das reivindicações comuns, incentiva a divisão de classe entre os que podem e não podem pagar e desvincula as reivindicações estudantis dos problemas

nacionais e, especialmente, do movimento operário e camponês. A política corporativista separa o movimento do estudante universitário das massas oprimidas e reforça a escola de classe.

Os CACS é um organismo de base, como centenas de CAs, e faz parte da UEE e UNE. Enfrenta o fato desses organismos estarem sob a direção pró-governamental, conciliadora, burocrática-repressiva e responsável em grande parte pela política corporativista e divisionista. A UEE e a UNE, por essas razões, têm deixado de cumprir seu objetivo de organização das lutas regionais e nacional, não expressando a base estudantil e a luta de classe que se dá no seio da sociedade. A quebra da independência desses organismos, criados para mobilizar, unificar e centralizar o movimento estudantil, impossibilita a luta por um programa de defesa da escola pública e científica, de fim da rede privada, de contraposição ao mercantilismo, de controle da escola por quem trabalha e estuda e de real autonomia frente ao Estado, a burocracia acadêmica, o empresariado e as Igrejas. As direções predominantes no movimento estudantil defendem a coexistência do ensino público com o privado, o que resulta no fortalecimento do mercantilismo e manutenção de grande parte da educação sob o controle dos exploradores e das Igrejas. Isso explica o fato do movimento estudantil não ter se manifestado unificadamente contra as reformas ditadas pelo FMI/Banco Mundial.

Esses três pontos exigem uma resposta das forças políticas que atuam no movimento estudantil e dizem defender um programa de luta e de independência das organizações de massa frente a todo o aparato da classe burguesa. Vem nessa direção os pontos que apresentamos abaixo:

1. O CA é um organismo de base

que tem por finalidade organizar o movimento estudantil na defesa de suas reivindicações contra a burocracia universitária e o Estado;

2. A direção do CA tem o dever de expressar os problemas e os interesses gerais dos estudantes, contrapondo-se ao corporativismo divisionista;

3. O programa do CA denuncia a burocracia sindical e estudantil, que elimina a democracia operária, divide os movimentos e pratica o corporativismo.

4. O programa do CA defende a constituição de uma nova direção para a UNE, UEE, DCEs e CAs, controlados pela direção burocrática e conciliadora, que hoje se encontra submetida ao governo PT/Lula;

5. A direção do CA, para cumprir o verdadeiro papel de direção, coloca o movimento estudantil em ligação com o movimento geral dos trabalhadores e, especialmente, com a classe operária;

6. A defesa da unidade de luta dos estudantes com todos os setores oprimidos pelo capitalismo constitui um princípio programático;

7. O programa para a Universidade e todo o ensino é parte do programa da classe operária pelo fim de toda forma de exploração e opressão da sociedade dividida em classes;

8. OCA como uma unidade organizativa dos estudantes não pode deixar de realizar um trabalho de base cotidiano;

9. A direção do CA só pode cumprir o papel de organizadora da luta estudantil e da unidade com os demais explorados se se apoiar na política de independência de classe, o que quer dizer na política da classe operária;

10. O programa do CA está sob o método, a tática e a estratégia da classe operária: aplica o método da ação direta e age segundo a tática da independência em relação ao Estado e à burocracia universitária;

11. A direção do CA combate o mé-

tudo, a tática e a estratégia que subordinam o movimento estudantil aos governos capitalistas, que expressam a conciliação de classe e que se prendem ao parlamento e ao eleitoralismo;

12. O programa do CA se contrapõe à reforma privatista da Universidade e se coloca em defesa da Universidade pública, gratuita, laica e vinculada à produção social. Combate a coexistência do ensino público e privado;

13. O programa do CA rejeita a reforma da educação do governo PT/Lula que segue as diretrizes do FMI/Banco Mundial, portanto é privatista. A reforma legaliza as fundações privadas no interior das Universidades públicas. Recorre as parcerias público-privadas por meio das PPPs. O Projeto Pro-UNI é de compra de vagas nas escolas privadas;

14. O programa tem como defesa a estatização da escola particular, sem indenização. Implantação do sistema único público, científico em que parte

do tempo o estudante está na produção social e parte na universidade;

15. A direção do CA se coloca pelo fim do vestibular, livre acesso e vagas a todos. Fim de todas as formas e avaliação externa (provão etc). Abertura das dependências da Universidade aos movimentos populares;

16. O programa do CA se coloca pela autonomia da universidade regida pela assembleia universitária e revogabilidade de mandato de todos os cargos eletivos. Pratica a democracia baseada nas assembleias e no direito de divergência entre as correntes que atuam no movimento;

17. O programa do CA se coloca pela rejeição às reformas antinacionais e anti-populares do governo PT/Lula. Defende o rompimento de todos os acordos e contratos com o imperialismo. Coloca-se pelo não pagamento da dívida externa e interna. Pela independência nacional e pelo fim das negociações da Alca. Que o governo atenda imediatamente as reivindicações dos explorados,

de emprego, terra aos camponeses pobres, saúde e educação gratuitas;

18. O programa do CA combate o intervencionismo econômico e militar do imperialismo. Defende a total independência e soberania para os países resolverem seus próprios problemas (autodeterminação dos povos). Não aceita nenhum tipo de intervenção da ONU sobre povos e nações oprimidas. E se coloca ao lado dos países oprimidos contra os países opressores;

19. O programa do CA tem como estratégia a defesa do socialismo, que só poderá ser alcançado por meio da luta das massas exploradas sob o programa e direção da classe operária;

20. O capitalismo decadente, que traz desemprego, fome e miséria para a maioria, que submete a juventude trabalhadora à violência, exige uma nova sociedade sem classes. O movimento estudantil tem um importante papel a cumprir ao lado da classe operária para que o capitalismo seja destruído pela revolução proletária.

Londrina (PR)

PCdoB: o burocratismo levado às últimas conseqüências

Durante a panfletagem de nosso último boletim Secundarista em um colégio que tem o grêmio controlado pela UJS (União da Juventude Socialista - juventude do PCdoB), um militante da Corrente Proletária foi intimidado e agredido por um militante da UJS, que não concordou com o nosso artigo sobre o voto nulo já que a UJS faz campanha para o candidato do PT.

Na ocasião, estavam presentes diretores da UJS, que logo vieram se des-

culpar pelo ocorrido e se comprometeram a nos enviar uma autocrítica (que ainda não chegou e duvidamos que vá chegar); eles alegaram que o militante não estava preparado para o debate político.

Isso mostra como a UJS, a burocracia estalinista (que se diz marxista) usa os métodos mais sujos para travar o movimento estudantil, conseguindo grêmios (como o desse colégio) e usando estudantes despolitizados que não conse-

guem realizar um debate político com correntes divergentes e acabam usando métodos de gangsters.

O mais engraçado é ver como os mesmos estudantes (diretores do grêmio) quando não estavam dentro da UJS (burocracia), escreveram uma carta ao jornal denunciando os métodos despolitizados do PT, e hoje que estão dentro da burocracia estalinista usam os mesmos métodos contra militantes de correntes divergentes.

Adquira os materiais do Partido Operário Revolucionário:

Stalin, o Organizador de Derrotas, de Leon Trotsky

Uma análise do estalinismo, a partir das teses ao V Congresso da Internacional Comunista, com valiosas lições para a luta revolucionária internacionalista

Três reformas neoliberais: Sindical, Trabalhista e Educacional

Uma radiografia das próximas reformas neoliberais do governo do PT/Lula - Sindical, Trabalhista e Educacional (inclusive a Universitária).

Crítica Programática ao Reformismo e a falência das esquerdas do PT

Reedição da primeira crítica programática do POR ao reformismo e às correntes, de 1990. Vale a pena ver a confirmação prática de suas principais teses.

Reforma da educação

Combater a Reforma Universitária do governo PT/Lula

1. A reforma do ensino do governo PT/Lula é privatista. Essa é sua principal característica. Objetiva comprar vagas nas escolas particulares, ajudando-as a utilizar os 40% preenchidas. Manter os subsídios fiscais às particulares classificadas de confessionais e filantrópicas. Legalizar as Fundações Privadas no interior das universidades públicas. Recorrer às parcerias público-privadas, por meio do sistema de PPPs. Manter a Desvinculação de Recursos Públicos (DRU), instituído no governo FHC, eliminando-a progressivamente. Conservar as verbas para a educação no baixo patamar de 4% do PIB. O Projeto assegura os interesses empresariais e o controle de parte do sistema de ensino pelas Igrejas. Na sua introdução, afirma o papel do Ministério da Educação de manter as Instituições Federais Públicas de Ensino Superior, supervisionar e regular o Sistema Federal de Ensino Superior, constituído pela rede pública e privada. Na verdade, o MEC não só “supervisiona e regula” o ensino privado, mas o protege e o alimenta.

2. A preservação da coexistência da rede pública e da rede privada de ensino corresponde à defesa da mercantilização, ou seja, à exploração empresarial da educação. Corresponde também à exigência das Igrejas de controlarem parte do ensino. É necessário rejeitar a distinção entre escolas confessionais, caracterizadas como “organizações públicas não-estatais” e as “Instituições particulares” com finalidades lucrativas. São, na realidade, constitutivas do sistema particular. O princípio de que a coexistência da escola pública e particular é democrática, porque é pluralista, não passa de um princípio liberal-burguês aplicado à escola de classe.

3. O projeto refere-se a “uma expansão desordenada” do “sistema não público” de ensino. O que quer dizer que os empresários investiram na criação

de propriedades escolares, objetivando valorizar seus capitais. Viram nas necessidades educacionais da classe média uma fonte de exploração econômica. A análise do Ministério da Educação reconhece que a expansão mercantil da educação veio em detrimento da qualidade do ensino. Isso para apregoar a necessidade do Estado agir como “normatizador” e “fiscalizador” da educação. Segundo o projeto, o governo pretende estabelecer “marcos regulatórios” para a rede particular. Trata-se de palavreados dos reformistas do PT para sustentar a coexistência do ensino particular e mascarar as medidas privatizantes.

4. O pressuposto de que a reforma proposta considera “um projeto de nação e um modo específico de desenvolvimento sustentável” não passa de retórica. As diretrizes governamentais para educação seguem as recomendações do FMI, Bird e BID. O governo está impedido de ampliar o investimento estatal na educação. Não são as necessidades do capitalismo semicolonial, que tem tarefas democráticas pendentes, como a do acesso da massa de explorados à educação, que ditam o teor da reforma, mas sim os interesses do capital internacional. Há um claro vínculo da contenção de verbas para educação, saúde etc com a meta do superávit primário, exigida pelos acordos com o FMI. Não por outra razão, também, a reforma da educação é parte de um conjunto de medidas, que vêm sendo implantadas desde o governo Collor, que ganhou dimensão na gestão de FHC e que continua sob o denominado governo democrático e popular de Lula. É o caso das desestatizações, reformas da previdência, trabalhista e sindical. Trata-se de medidas antinacionais e antipopulares.

5. Os argumentos de “relevância, equidade e qualidade” são uma farsa facilmente reconhecível. A escola está desvinculada da produção social, por-

tanto sua “relevância” diz respeito apenas à participação da minoria da população no sistema escolar a partir do grau médio. A escola expressa, em última instância, o desenvolvimento da base econômica. Por mais que se objetive um ensino que combine os conhecimentos gerais com os específicos, que vincule aprendizagem e pesquisa, é irrealizável, uma vez que o capitalismo atingiu a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. O conhecimento alcançado não pode ser assimilado pelas massas e sua aplicação social é ultralimitado pela divisão de classe. Não há como impulsionar em grande escala as forças produtivas, de forma que o capitalismo semicolonial necessitasse de um ensino voltado a tal desenvolvimento. O que temos é crise constante e reforço das tendências desintegradoras da sociedade burguesa.

6. Sobre a “equidade” pretendida, trata-se de uma manobra de aparência social e democrática. O governo quer dar à reforma neoliberal um ar de progressista, indicando que todas as camadas sociais terão acesso ao ensino. Assim, institui o critério das cotas para estudantes da escola pública e para parcela étnica. O que faz, no entanto, é manter a maioria sem acesso em todos os níveis, forçar uma parcela da classe média a migrar para as escolas pagas, comprar vagas nas instituições privadas e acomodar um setor minoritário da classe média que não consegue pagar a universidade. A maior parte da população é formada de pobres e famintos que jamais poderá ir do ensino fundamental para o médio e deste para o superior. O princípio da equidade do projeto só serve para obscurecer o fato de que o capitalismo aumenta o precipício entre a classe dos exploradores e dos explorados e perpetua a fome e miséria da maioria.

7. E quanto a tal da “qualidade”? Mais uma vez o palavreado de um “en-

sino crítico e interrogativo”, “de formação multidisciplinar”. Concretamente, o projeto de reforma pretende implantar a “flexibilização dos currículos dos cursos de graduação”. Isso significa, modificar a estrutura atual, implantando “um ciclo inicial de formação, com a duração de dois anos, após o qual o estudante receberá um título próprio – Estudos Universitários Gerais -, sem valor de habilitação, correspondente à formação básica em nível superior”. O que se pretende, de fato, é reduzir o tempo de estudo na Universidade. Afirma que os dois anos básicos e o correspondente título não têm valor de habilitação, mas com o tempo o básico autorizará a habilitação. Ou então, o objetivo é obrigar os estudantes completar o básico por meio do ensino pago. Caso contrário, não tem o menor sentido a medida. Não há nada de qualidade, de ensino crítico etc.

8. O projeto prescreve a autonomia universitária. Na realidade, usa-se esse conceito para representar o aspecto jurídico e administrativo dos dois sistemas: o público e o privado. O primeiro é mantido pelo Estado e o segundo por um mantenedor particular. Conforme o projeto, o vínculo administrativo “não deve limitar o exercício da autonomia, antes pode indicar a que tipo de ente mantenedor deve a autonomia estar garantida”. O que se pretende é estabelecer “condições jurídicas e administrativas para uma relação autônoma entre mantenedoras e mantidas”. Para que se considere Universidade é necessário uma relação de autonomia entre o mantenedor e o mantido, ou seja, entre o Estado e a Universidade pública; entre o proprietário e a Universidade privada. O primeiro aspecto que ressalta é o fato do projeto consolidar a coexistência do ensino público e privado. Como “princípios e diretrizes” estabelece que “cabe ao Estado, prioritariamente, criar as condições políticas, definindo autonomia e prerrogativas correlatas, garantindo condições de financiamento e tributação, estabelecendo processos de avaliação e regulação para adequado funcionamento do sistema”. No fundo, essa formulação objetiva estabelecer formas de controle do Estado sobre o sistema de ensino superi-

or, preservando o direito dos empresários e das Igrejas explorarem a educação. Uma vez reconhecido que houve um crescimento desordenado da Universidade privada, o Estado vê a necessidade de uma disciplina, segundo a qual se garantirão a “relevância e qualidade”. Mas estaria assegurada a autonomia jurídico-administrativa. Logo se vê que a noção de autonomia universitária é uma forma de dizer aos empresários e Igrejas que continuarão tendo ascendência sobre o sistema privado da educação, mas que terão de se encaixar na regulamentação estatal. Diz o texto: “(...) equilibram-se a autonomia da instituição universitária e a soberania expressa o programa de governo”. Também é uma forma de dizer à burocracia que comanda o sistema público de que terá uma margem de liberdade para aplicar medidas privatizantes como as de parcerias público-privadas (PPPs etc). A real autonomia universitária é oposta à concebida no projeto do governo PT/Lula. Sob essa bandeira, lutou-se e se luta pela independência do ensino em relação ao Estado e às determinações da classe burguesa. Autonomia implica controle da educação por aqueles que trabalham e estudam. Portanto, a Universidade (e todo o ensino) é autônoma frente ao Estado burguês, mas não autônoma frente à classe operária e demais oprimidos. Igualmente é necessário rejeitar a utilização do conceito de autonomia feita pela burocracia docente. Essa pretende a autonomia para controlar a universidade em detrimento dos demais trabalhadores e estudantes. É preciso ter claro que a luta pela autonomia exige a bandeira de fim do ensino privado e sistema único, público, gratuito e científico.

9. No item “Gestão” evidencia-se mais claramente que a autonomia universitária é usada no seu contrário, ou seja, como controle geral do Estado e como controle particular da burocracia. Eis a formulação: “Garantida a predominância docente nos órgãos colegiados, o processo de consultas à comunidade universitária, por ocasião da eleição direta para Reitor nas IFES, deve ser definido, autonomamente em cada universidade, permitindo explorar diferentes modelos de eleição e participação discente e de

técnico-administrativos”. Tem-se o seguinte: 1) domínio da burocracia docente sobre os órgãos colegiados; 2) a eleição para Reitor virá na forma de consulta; 3) a burocracia decidirá sobre a forma de eleição do Reitor. A burocracia colegiada e o Reitor terão “autonomia” para elaborar um plano de gestão das Universidades Federais e o Ministério da Educação (MEC) finalmente decidirá. Nota-se que se estabelece uma gestão combinada da tecnocracia estatal e da burocracia acadêmica. O projeto deixa claro que cabe ao governo elaborar as diretrizes gerais do ensino e a burocracia executá-las. Assim, o “auto-governo” da Universidade não passa de uma pequena atribuição da burocracia, que encontrará os meios para concretizar as determinações do Estado.

10. O governo, de acordo com o projeto de reforma, deve interferir nas Universidades por meio da avaliação, no que respeita à “relevância” e “qualidade”. Dois institutos são responsáveis pela avaliação: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a Comissão nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Eis a formulação: “Os SINAES/CONAES são pilares fundamentais da Reforma da Educação Superior e partes integrantes indissociáveis de outros pilares, tais como autonomia universitária e financiamento”. Verifica-se que a avaliação estatal das universidades, instituída já no governo FHC, como exigência do Banco Mundial, é uma forma de intervenção, que serve de instrumento para identificar a aplicação das diretrizes do MEC. É por isso que o documento menciona a relação da avaliação com autonomia e o financiamento. A função dessa avaliação externa não é garantir de fato a qualidade de ensino, que se desmorona, entre outras causas, justamente porque o Estado sucateia a educação pública e favorece a privada. Objetiva condicionar a aplicação de verbas, controlar o funcionamento do ensino, responsabilizar estudantes e professores pela desintegração da educação e negociar com os empresários e Igrejas o andamento das Universidades privadas. Realiza-se “provões” confeccionados nos gabinete-

tes de determinadas instituições. Os reais obstáculos para o processo de ensino e pesquisa científicos, em grande medida inviabilizado, não são equacionados e resolvidos. O desfiguramento das Universidades federais retrata bem a política contrária ao ensino público e científico. A avaliação para criar uma hierarquia na "qualidade" das Universidades segundo os critérios do provão não expressa uma ação governamental para tirar do precipício o ensino público e agir contra a mercantilização. Ao contrário, vem no sentido de justificar a distribuição da minguada verba da educação entre as escolas públicas e particulares.

11. O documento do Ministério da educação – Reforma da Educação Superior – tem por introdução "Princípios e Diretrizes". Embora tenha muito de retórica, é bom rebatê-los para demonstrar o reacionarismo e a hipocrisia da ideologia burguesa sobre a educação. Diz que "a educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos". Está aí a hipocrisia. O que temos é a exclusão da maioria trabalhadora do acesso a todos os níveis de ensino. Inclusive, no ensino fundamental, considerado quase universal, metade das crianças saem como analfabetos funcionais, o que quer dizer não há universalização real. Não é preciso repisar que a ultra-minoria chega ao nível superior. A razão disso está em que o capitalismo semicolonial expressa a mais profunda divisão de classe, de concentração de riquezas nas mãos da minoria e expansão da miséria da maioria. A escola se assenta na infra-estrutura econômica e nas concretas relações sociais. A burguesia não tem interesse e não pode resolver a tarefa democrática da educação como "bem público e direito básico e universal dos cidadãos". Só a classe operária e demais explorados podem defender e assegurar a educação para todos. Eis por que a questão da educação, entre outras, tem de ser enfrentada pela luta de classe. O segundo aspecto dos "Princípios e Diretrizes" refere-se à visão da educação "como direito subjetivo". Afirma que o direito subjetivo "é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania". Portanto, deve "ser acessível a todos, em todas

as fases da vida, constituindo em fator de justiça social, oferecendo equidade de oportunidades a todos os cidadãos, contribuindo para redução de desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais". A noção da educação como "direito subjetivo" é típica do liberalismo burguês. Acentua o individualismo e a concorrência. E falseia o princípio de "equidade de oportunidades". O sistema econômico de exploração do trabalho produz todo tipo de desigualdade. A educação não está isenta da divisão de classe. O tal do direito subjetivo corresponde à apropriação de riqueza gerada pela exploração do trabalho. Está aí por que é bem nítida a diferenciação econômica e social de quem pode ou não pode ter acesso à educação. O mesmo ocorre com as diferenciações regionais, características particulares do capitalismo semicolonial do Brasil. É evidente que a escola não comporta e não expressa as faculdades coletivas e as potencialidades criadoras do indivíduo. A escola que temos é de classe e reflete a divisão social do trabalho. De um lado, está desvinculada da produção social, que é encarnada pelo proletariado e demais trabalhadores no processo produtivo; de outro, é discriminatória porque não se baseia em igualdades de condições materiais dos estudantes e porque não tem como dar acesso universal, uma vez que está condicionada pela base material. A resposta proletária contra a escola de classe é a da escola vinculada à produção social, que será uma escola nova resultante de uma nova sociedade.

12. É necessário rejeitar de conjunto a reforma do governo e se contrapor à farsa da "participação" e da "construção democrática" do projeto. As forças pró-governamentais, que incluem não só os petistas, mas também seus aliados, como os estalinistas e outros reformistas, afirmam que se trata de influenciar a reforma, negociando nos fóruns criados pelo governo. Não há nada que negociar em nome dos trabalhadores e da juventude oprimida. A reforma na sua essência é privatista. Os defensores da "construção democrática" aceitam e defendem a coexistência do ensino público e privado. Criticam o projeto do governo por não ser concreto no "controle social" da escola privada,

por não ser mais avançado no sistema de cotas e por destinar verbas públicas para as particulares. Mas não questionam o princípio de coexistência do público com o privado. A defesa dos falsos opositores de que o importante é que o governo confira a supremacia do público sobre o privado expressa a adaptação ao mercantilismo e, especialmente, ao poder das Igrejas sobre uma importante parcela do ensino. Combatem a bandeira de estatização e sistema único, público, gratuito e científico com o argumento de que a correlação de forças não permite acabar com a mercantilização. Portanto, caberia ao movimento se limitar à defesa genérica do ensino público e, concretamente, reivindicar o controle social das escolas particulares e ter "a educação pública como centro e referência". Esse oposicionismo acaba por se submeter ao processo de reforma ditada pelo governo e a colocar o movimento social na dependência das decisões parlamentares. A dita correlação de forças diz respeito à influência que se pode ter sobre o Ministério da Educação e o Congresso Nacional. Por essa via, os trabalhadores e a juventude nunca poderão lutar de fato pelo ingresso universal e pelo ensino público.

13. A luta contra a reforma privatista implica a defesa da estatização do sistema privado, sem indenização e implantação do sistema único de ensino público, gratuito, científico e vinculado à produção social. Não se pode defender a bandeira democrática de acesso universal em todos os níveis sem se colocar pela estatização da escola particular. É claro que a luta pelo ensino público tem de fazer parte de um programa proletário de combate ao capitalismo e à escola de classe. As tarefas democráticas não resolvidas pelo capitalismo passaram historicamente para as mãos da classe operária e demais explorados. Não será possível quebrar a reforma neoliberal do governo PT/Lula sem um ampla mobilização dos explorados e da juventude oprimida sob a direção da classe operária. Para isso é preciso levantar as bandeiras dos trabalhadores contra as reformas antinacionais e antipopulares.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Nos números 280 e 283, publicamos extratos do texto de Lênin, “O Estado e a Revolução”. A partir do número 284, publicamos extratos do livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. Neste número iniciamos os extratos do Programa de Transição, de Leon Trotsky.

Amadurecimento das condições para a revolução proletária

I - OS REQUISITOS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se antes de mais nada pela crise histórica da direção do proletariado.

Os requisitos econômicos da revolução proletária atingiram já o mais elevado grau de maturidade que pode ser atingido sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos já não conduzem a um crescimento da riqueza material. As crises conjunturais, nas condições da crise social de todo o sistema capitalista, infligem às massas privações e sofrimentos sempre maiores. O crescimento do desemprego aprofundou, por sua vez, as crises financeiras do Estado e mina os sistemas monetários abalados. Os governos, tanto democráticos como fascistas, vacilam de uma bancarrota a outra.

As afirmações gratuitas de todas as espécies, segundo as quais as condições históricas não estariam ainda “maduras” para o socialismo, não passam do produto da ignorância ou de uma mistificação consciente. Os requisitos objetivos da revolução proletária não só estão maduros, como começaram mesmo já a apodrecer. Sem revolução social, no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, e antes de tudo, da sua vanguarda revolucionária. A cri-

se histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária.

2 - O PROLETARIADO E A SUA DIREÇÃO

A economia, o Estado, a política da burguesia e as suas relações internacionais foram profundamente atingidas pela crise social que caracteriza a situação pré-revolucionária da sociedade. O principal obstáculo para a transformação da situação pré-revolucionária em revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, a sua covardia pequeno-burguesa frente à grande burguesia, os laços traiçoeiros que ela mantém com esta, mesmo na sua agonia.

Em todos os países, uma profunda angústia apoderou-se do proletariado. Massas de milhões de homens reiniciam a via revolucionária. Mas cada vez que isso acontece chocam com os seus próprios aparelhos burocráticos conservadores.

O estalinismo e a crise de direção

A passagem definitiva da Internacional Comunista para o lado da ordem burguesa, o seu papel cinicamente contra-revolucionário em todo o mundo, particularmente na Espanha, França, nos EUA e nos outros países “democráticos”, criou extraordinárias dificuldades suplementares ao proletariado mundial. Usurpando a bandeira da Revolução de Outubro, o Comintern, pela política conciliadora das “Frentes Populares”, volta a classe operária à impotência e abre o caminho ao fascismo.

As “Frentes Populares” por um lado,

o fascismo por outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária. Sob o ponto de vista histórico estes dois recursos não passam de ficção. A putrefação do capitalismo continua tanto sob o signo do barrete frígido na França como sob o signo da suástica na Alemanha. Só a derubada da burguesia pode permitir uma saída.

Necessidade de uma nova direção a partir da situação dada

A orientação das massas é determinada, por um lado, pelas condições objetivas do capitalismo putrefato; por outro, pela política de traição das velhas organizações operárias. Destes dois fatores, o fator decisivo é, sem dúvida, o primeiro: as leis da história são mais poderosas que os aparelhos burocráticos. Qualquer que seja a diversidade dos métodos dos social-traidores - da legislação “social” de Léon Blum às falsificações judiciais de Stalin - nunca conseguirão quebrar a vontade revolucionária do proletariado. Cada vez mais os seus esforços desesperados para fazer parar a roda da história demonstrarão às massas que a crise de direção do proletariado, que se tornou a crise da civilização humana, apenas pode ser resolvida pela IV Internacional.

3 - PROGRAMA MÍNIMO E PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

A tarefa estratégica do próximo período - período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização - consiste em superar a contradição entre

a maturidade das condições objetivas da revolução e a não maturidade do proletariado e da sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da jovem). É preciso ajudar as massas no processo da sua luta cotidiana em encontrar a ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir num sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, partindo das condições atuais e da consciência atual de grandes camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

A social-democracia clássica, que desenvolveu a sua ação na época do capitalismo progressivo, dividia o seu programa em duas partes independentes uma da outra: o programa mínimo, que se limitava a reformas no quadro

da sociedade burguesa e o programa máximo, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o programa mínimo e o programa máximo não existia nenhuma ponte. A social-democracia não tinha necessidade dessa ponte, pois, de socialismo só falava em dias de festa.

A Internacional Comunista entrou na via da social-democracia na época do capitalismo putrefato quando já não se pode pôr o problema de reformas sociais sistemáticas, nem a elevação do nível de vida das massas; quando a burguesia retoma com a mão direita o dobro do que deu com a mão esquerda (impostos, direitos de alfândega, inflação, "deflação", vida cara, desemprego, regulamentação policial das greves etc.); quando cada reivindicação séria do proletariado e mesmo cada reivindicação progressiva da

pequena-burguesia conduzem inevitavelmente para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês.

A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo. O seu fim político é a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia. Contudo, a realização desta tarefa estratégica é inconcebível sem uma atitude atenta para com todas as questões de tática mesmo pequenas e parciais. Todas as frações do proletariado, todas as suas camadas, profissões e grupos, devem ser arrastados no movimento revolucionário. O que distingue a época atual não é que ela liberte o partido revolucionário do trabalho prosaico de todos os dias, mas que permita dirigir esta luta em ligação indissolúvel com as tarefas da revolução.

Uruguai

Vitória da esquerda nas eleições presidenciais criará mais um governo pró-imperialista

A vitória de Tabaré Vázquez nas eleições presidenciais do Uruguai, com mais de 50% dos votos, segue a tendência continental de constituir governos de aparência reformista mas assentados na permissão e compromisso com o imperialismo e os organismos internacionais e em alianças com frações da burguesia nacional. O caso do Uruguai tem uma particularidade: a Frente Ampla, criada em 1971, constitui uma aliança de várias correntes de esquerda, desde ex-foquistas, passando pelo estalinismo, reformismo, setores da Igreja, burocracia sindical. Os partidos tradicionais da burguesia, o Blanco (conservador-nacionalista) e o Colorado (conservador-liberal) foram derrotados e estão fora do governo pela primeira vez na história. A esquerda também fez maioria no parlamento.

A esquerda no Uruguai segue os passos de Argentina, Chile e Brasil. A eleição de um governo de verniz esquerdista serve ao propósito de colo-



Vázquez, da Frente Ampla, será o novo presidente do Uruguai

cá-lo como instrumento da aplicação das medidas neoliberais ditadas pelo imperialismo com maior controle sobre os movimentos sociais.

Em pouco tempo se poderá constatar

que o governo de Vázquez assumirá uma política submissa ao imperialismo, arcando com todos os custos do endividamento externo e interno, atacando os direitos sociais em benefício do parasitismo e da mercantilização, e desregulamentando as relações trabalhistas, de modo a propiciar a maior liberdade de superexploração do trabalho.

A situação do Uruguai, de 30% de pobreza absoluta, 100 mil indigentes, 13% de desemprego oficial, dívida externa de 106% do PIB do país, é expressão das tendências gerais de aprofundamento da crise mundial capitalista.

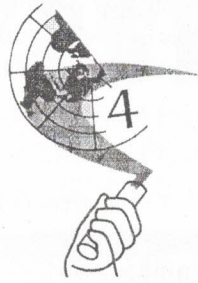
A esquerda uruguaia, que compartilha do reformismo das esquerdas brasileira e argentina, assumirá o papel de amortecedor da luta de classes e instrumento da burguesia e do imperialismo.

A necessidade de construção de um partido operário revolucionário será destacada pela desilusão das massas com o governo, que fatalmente terá de traí-las para servir aos capitalistas.

Nesta edição:

- Incorporação da Polícia nas forças armadas?
- Estudantes de Oruro assinalam o caminho.
- UTO: Superar O Conflito
- A FSTMB dá seu apoio à rebelião da UTO

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Incorporação da Polícia nas forças armadas?

As Forças Armadas e a polícia são instrumentos da violência extrema que utiliza o Estado burguês para se impor à sociedade e defender a grande propriedade privada.

É clássico o conceito de que estas instituições não deliberam e devem se limitar a obedecer às ordens que vêm de cima, dos donos do Estado burguês e na Bolívia do colonizador imperialismo norte-americano.

A verdade é que impõe à bala as decisões políticas, as leis da classe dominante.

Em alguns países, a polícia já está incorporada às forças armadas. Na Bolívia, essa incorporação também pode se dar, o que não violaria o papel atual que cumpre: impor à bala a defesa da grande propriedade burguesa e a ordem jurídi-

ca decidida pelos poderes do Estado da classe dominante.

A polícia na Bolívia foi organizada por decreto de J. A. Sucre em 24 de junho de 1826. Seu funcionamento foi regulamentado na lei de 11 de novembro de 1826.

O Decreto de 13 de Janeiro de 1826 declara corpo de linha, com o nome de "1º Batalhão de Infantaria da Bolívia ao batalhão "Aguerridos" que vinha lutando sobre as ordens do chefe guerrilheiro José Miguel Lanza. Em 1º de janeiro de 1827 foi editada a Lei orgânica do exército.

Não devemos esquecer um dos traços notáveis do exército boliviano, sua ligação direta com a população, nas massas oprimidas e exploradas. As forças de luta pela Independência desem-

bocaram no exército da primeira época. Os chefes eram plebeus até que os realistas alto peruanos se transferiram para esse novo exército.

Alguns caudilhos militares expressaram a seu modo os interesses do povo. Nesse exército de servos e nobres, até a patente era concedida nos "Cabildos Abertos".

Por tudo isso os revolucionários sempre sustentaram que as camadas de graus inferiores, os jovens são permeáveis à prédica revolucionária e as armas que o povo precisava para enterrar a burguesia estão nos quartéis. Deve-se trabalhar com tenacidade e persistência para ganhar o melhor dos uniformizados.

(Extraído do Massas boliviano nº 1919 de 24 /9/2004)

Estudantes de Oruro assinalam o caminho

A rebelião estudantil na Universidade Técnica de Oruro se converte em uma referência para todos os estudantes do país na medida em que se cristalizou como uma reivindicação política revolucionária.

No dia 9 de setembro uma assembleia de universitários e organizações sociais de Oruro aprovou um documento que coloca a necessidade de transformar radicalmente a atual universidade em completa decadência. Esta Universidade submetida à política da reforma educacional do Banco Mundial, anti-estudantil e antipopular, impulsiona a elitização da Universidade Pública (na UTO funciona uma faculdade de medicina autofinanciada com matrículas superiores a mil e quinhentos bolivianos). Essa Universidade governada em fun-

ção dos mesquinhos interesses das camarilhas de docentes, encarnação da mediocridade própria de quem sustenta com suas idéias a ordem social burguesa decadente, convertidos na negação da ciência e do conhecimento.

A Universidade deve estar a serviço da luta dos explorados sob a política operária que assinala o caminho da revolução antiburguesa de destruição da propriedade privada dos meios de produção e instauração da propriedade social.

Os universitários a partir de Oruro nos indicam que, para tirar a Universidade de seu atual estado de degradação, devemos ligar nossa luta com as das massas para expulsar o imperialismo do país, recuperar os domínios sobre nossas riquezas, por trabalho para os desem-

pregados, por um salário mínimo vital que cubra a cesta familiar, por recuperar a totalidade das terras para os camponeses e pelo direito de autodeterminação das nações autoctonas, pelo direito do livre cultivo da folha de coca independentemente do uso que se dê (o narcotráfico é uma tara introduzida e sustentada pelo próprio imperialismo, uma expressão da decadência capitalista), para conseguir uma nova educação que parta a unidade da teoria com a prática no processo da produção social, aberta a todos, especialmente aos filhos dos trabalhadores explorados, livre para atuar e pensar, formadora do homem e onde se forja a criação da ciência e cultura.

Docentes, funcionários administrativos e setores estudantis reacionários desesperadamente buscam estrangular a

ção da vanguarda estudantil revolucionária que se tornou forte com o apoio das massas.

A imprensa burguesa se calou em torno dos acontecimentos de Oruro e das reivindicações dos estudantes rebeldes. Docentes e funcionários renunciaram ao aumento que pretendiam a fim de que houvesse paz e tudo voltasse a normalidade salvan-

UTO: Superar O Conflito

Ao amanhecer de 21 de outubro se reuniram com o reitor da UTO a FUL (Federação Universitária Local), a COD (Central Operária Departamental), a Associação de pais de família, a Federação de comerciantes ambulantes, Comitê Cívico Popular "com o propósito de buscar alternativas de solução ao conflito que atravessa a Universidade Técnica de Oruro".

Depois de um amplo debate e discussão se aprovaram 8 pontos: Censurou-se a atitude da Federação dos Docentes, "Por sua sistemática negativa de ser parte desse processo de aproximação propiciado pelas organizações sociais".

Se ratificou como passos firmes para consolidação do processo de reforma as reivindicações estudantis.

Viabilizar a convocatória de um Conselho Universitário o mais breve possível com a participação da COD e da APDHO com o objetivo primordial de convocar o Congresso Universitário que garanta a reforma universitária como tarefas prévias a este congresso e de dar sinais claros para levar adiante a reforma universitária se assinalaram, entre outras, as seguintes medidas:

A anulação do regime de Títulos vigentes. Enquanto não se conte com o novo regimento, se aplicará o regimento do ano de 1987 (periodicidade de cátedra).

Eliminar a repetição de Títulos, estabelecendo-se a listagem dos docentes por número de horas de titulação adquiridas mediante aprovação em exame de competências. Rebaixamento dos altos custos dos programas de titulação dos valores universitários. Por um teto ao custo da inscrição.

A FSTMB dá seu apoio à rebelião da UTO

A Federação dos Mineiros lançou um pronunciamento (lamentavelmente sem data) que diz:

"...Apoiamos aos Universitários da UTO em sua luta pela renovação de sua estrutura docente e fundamentalmente pela aprofundamento da reforma universitária com o conteúdo revolucionária e popular..."

O começo do mencionado documento diz: "A FSTMB entidade matriz do proletariado mineiro, vanguarda do movimento operário e popular, tem como objetivo histórico substituir o atual sistema econômico social injusto onde prevaleça a justiça social em favor das maiorias. Neste sentido, lutará até conseguir a aprovação de suas teses históricas de 1946 (Teses de Pu-

do toda a estrutura institucional de camarilhas.

Do apoio que dermos e da determinação com que os setores sociais decidam por suas mãos o controle da Universidade depende que este movimento triunfe ou se estanque. Mas qualquer que seja o resultado a perspectiva esta assinalada.

(Extraído do Massas boliviano nº 1919 de 24 /9/2004)

Transparência no manejo econômico, estabelecendo-se de forma transitória o envio de cópias de cada um dos cheques emitidos pelo DAF (Departamento de Administração Financeira) ao movimento estudantil, até se definir o tema e uma análise posterior.

Nominação das direções universitárias em um prazo não superior a 30 dias através de concurso de mérito.

Auditorias acadêmicas em um prazo não superior a 60 dias para esclarecer as denúncias de anomalias acadêmicas em geral.

Eliminar a duplicidade de cargos com instituições públicas e privadas.

Institucionalização imediata da participação do governo universitário da representação organizada dos trabalhadores com direito a voz e voto.

Reconhecimento imediato do princípio de voto universal e igualitário, significando reconhecimento de valor igual tanto ao voto docente como estudantil.

Anulação dos acúmulos para os docentes de tempo integral.

Priorizar a "facultização" das carreiras de antropologia e comunicação social.

Estabelecer mecanismos de transparência e processos de organização na gestão docente, acadêmica e administrativa, prevendo e sancionando situações irregulares e de corrupção.

Eleição de um novo Secretário Geral da Universidade.

(Extraído do Massas boliviano nº 1919 de 24 /9/2004)

lacayo) e 1970. Hoje ante o fracasso do neoliberalismo o objetivo destas teses são novamente as bandeiras da classe trabalhadora e dos explorados do país em suas diferentes nacionalidades, que reivindicam construir a sociedade que todos almejamos..."

"Isto ocorre na Universidade boliviana, particularmente na UTO, onde o movimento estudantil, ao impor zero por cento de aumento ao setor docente luta denotadamente por aprofundar a reforma universitária sob os conceitos revolucionários discutidos no início da década de 70".

(Extraído do Massas boliviano nº 1920 de 01/10/2004)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO